

História(s) e memória(s) de resistência no romance *A casa velha das margens*, de Arnaldo Santos

Histories and memories of resistance in the novel *A casa velha das margens*, written by Arnaldo Santos

Sheila Ribeiro Jacob*

RESUMO: Ao lermos o romance angolano *A casa velha das margens* (1999), acompanhamos o protagonista Emídio Mendonça, filho de um colono português e de uma negra natural da terra, em uma viagem da capital Luanda até a região do Dondo, território simbólico de sobrevivência das tradições locais. Também retornamos ao século XIX, momento histórico em que os naturais da terra e aqueles que com ela se identificaram passaram a se utilizar com maior veemência da escrita para defender seus interesses. Neste breve trabalho, veremos como a recuperação de um período de resistência do país, por meio da elaboração ficcional, permite lançar reflexões possíveis e pertinentes sobre os papéis da memória e sua contribuição para o momento em que a obra foi lançada.

Palavras-chave: Século XIX; Angola; memória de resistência; romance.

ABSTRACT: When we read the novel *A casa velha das margens* (1999), we follow the protagonist Emidio Mendonça, son of a Portuguese settler and a natural black earth, in a journey from the capital Luanda to the Dondo region, symbolic territory of local traditions survive. We also return to the nineteenth century, historical moment when the natural land and those who identified themselves with it began to use the writing with more vehemence to defend their own interests. In this text we will see how the recovery of a resistance period, through the fiction, allows us to launch possible and relevant reflections on the roles of memory and its contribution to the time when the book was edited.

Keywords: Nineteenth century; Angola; memory of resistance; novel.

* Doutoranda no Programa de Literatura Comparada da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói (RJ). sheila.jacobb@gmail.com

A importância do escritor angolano Arnaldo Moreira dos Santos no panorama da literatura de seu país é inquestionável. Sua intensa e diversa produção literária é formada por contos, poemas, crônicas e romances de circulação no mundo inteiro. Membro fundador da União dos Escritores Angolanos (UEA) e ex-militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Arnaldo Santos também possui histórico de atuação na área jornalística: foi chefe de redação da revista angolana *Novembro* e colaborador de diversas publicações periódicas, como a revista *Mensagem*, da Casa dos Estudantes do Império; a revista *Cultura*, do grupo de mesmo nome do qual fez parte na década de 1950; e o *Jornal de Angola*, do qual foi diretor.

Neste trabalho, pretendemos efetuar uma breve leitura de um dos romances do autor, intitulado *A casa velha das margens* (1999). Entendendo a “casa” como um espaço que consiste “em uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem”, segundo Bachelard (2000, p. 26), veremos como a casa-textual do escritor recupera uma memória de resistência de seu país ao nos levar a uma dupla viagem pelo tempo e pelo(s) espaço(s) da nação angolana, pondo em interação a História oficial com estórias marginalizadas e memórias individuais e coletivas dos habitantes da região do Dondo. A obra se inicia “por volta de 1889” (SANTOS, 1999, p. 9), momento em que a escrita passou a ser apropriada com maior intensidade pelos naturais daquela terra para, por meio do jornalismo independente e da literatura de então, deixar marcados, na folha do papel, alguns dos gestos de enfrentamento ao poder colonial e ao discurso que o sustentava e naturalizava.

Ao percorrer as páginas do romance, nós, leitores, acompanhamos a trajetória de Emídio Mendonça, jovem que regressa de Portugal à sua terra natal, Angola, em busca de notícias de seus familiares e da herança deixada pelo pai. A trama se inicia com um atentado cometido por Domingos, o Canvula, contra o protagonista “filho das margens” (SANTOS, 1999, p. 257), fruto da união entre o branco António Mendonça e a negra Kissama. Posteriormente o personagem irá descobrir que o crime foi encomendado pelos próprios companheiros que dele se haviam aproximado em Luanda com interesse na herança que estava indo resgatar. As causas do atentado sofrido por Emídio neste momento ainda são desconhecidas, já que, como informa o texto literário, “de nenhum crime lhe assacavam, senão da sua vida ter deixado de servir os seus interesses, e que também eram os da Conquista” (*ibidem*: 9). Desde o princípio do romance somos, portanto, advertidos de que seguiremos o caminho trilhado por aqueles que, em um dado momento, ousaram enfrentar o poder estabelecido, o da Conquista, e alguns chegaram a pagar com a própria vida o preço de tal ousadia – como o pai do protagonista.

Desconhecedor das “regras do jogo e os parceiros”, aos poucos o jovem se vai identificando com aquela terra que o viu nascer, aprendendo a ler nas entrelinhas e a se portar em uma sociedade até então desconhecida. O deslocamento espacial do protagonista corresponde a uma progressiva descoberta de si mesmo e de seu país, desde a sua chegada do Reino até a ida para a fazenda Hombo, a “Casa Velha” situada nas margens do rio Lucala. Nesse local, abrigo de lembranças individuais e de uma memória coletiva, Emídio irá descobrir os segredos de sua família e as queixas do povo das margens, tanto por meio das estórias ouvidas dos mais-velhos quanto da leitura das cartas ambaquistas reunidas por seu pai e enviadas a um mais-velho da região para serem salvas de um incêndio. Esse rico repertório de tradições e denúncias seria a “verdadeira herança do Ngana Makanda” (SANTOS, 1999, p. 253) deixada ao jovem personagem, que se assumiria como o fiel depositário dos documentos que anunciavam quais eram, de fato, os verdadeiros donos daquela terra.

É entre as margens dessa memória oral e escrita que se constrói o romance de Arnaldo Santos, localizado temporalmente, como já dito, no final do século XIX, período em que começaram a ser fortalecidas as bases da resistência em Angola por meio da escrita. Foi nesse momento que a letra, tendo servido até então ao discurso colonial para, segundo Homi Bhabha, “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados” para “justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2007, p. 111), passou a ser apropriada com mais ênfase pelos filhos do país, aos poucos se transformando em arma de luta contra a dominação e em defesa de seus interesses.

Tal percurso é traduzido por outro angolano, Manuel Rui Monteiro, em seu belo e paradigmático ensaio *Eu e o outro: o invasor*, no qual relata o apoderamento do canhão-escrita imposto pelo colonizador para, armando-se de identidade, entrar nessa luta simbólica:

Mas agora sinto vontade de me apoderar do teu canhão, desmontá-lo peça a peça, refazê-lo e disparar não contra o teu texto não na intenção de o liquidar mas para exterminar dele a parte que me agride. [...] E agora o meu texto se ele trouxe a escrita? O meu texto tem que se manter assim oraturizado e oraturizante. Se eu perco a cosmicidade do rito perco a luta. Ah! Não tinha reparado. Afinal isto é uma luta. E eu não posso retirar do meu texto a arma principal. A identidade (RUI, 1987, p. 309).

Luandino Vieira, em texto publicado na contra-capá da edição aqui trabalhada (1999), nos diz que o romance “se revela uma marca fundamentada da literatura angolana de hoje em dia: a quase obsessão em perseguir e desnichar a história da nação, quer no visível de sua emergência ou em suas raízes, seu desenvolvimento de ideia e construção”. Veremos como uma parte importante da história da nação angolana é retratada na casa ficcional de Arnaldo Santos ao recuperar importantes vozes de denúncia e questionamento à ordem colonial e de fortalecimento da resistência interna, movimento que daria seus frutos, no século seguinte, com as lutas pela independência no país.

Jornalismo independente do século XIX angolano

Muitos estudiosos da literatura de Angola identificam, no século XIX, um importante fortalecimento da recusa simbólica ao discurso colonial por meio do chamado “Movimento da Imprensa Livre” angolana. Mesmo reconhecendo a importância de textos anteriores que já circulavam na colônia, como os registros históricos feitos no século XVII pelo soldado português António de Oliveira de Cadornega reunidos em *História geral das guerras angolanas* (1680), o momento recuperado pelo romance é um período fundamental da história literária de Angola, tempo em que houve a consolidação da produção impressa no país e de sua circulação, quando os próprios angolanos começaram a se dedicar ao registro da história de sua terra. Episódio fundamental é a instalação oficial do prelo no país em 1845, com o objetivo de se fazer da imprensa mais um instrumento de dominação colonial.

A possibilidade recente de impressão e circulação de textos na colônia acabou servindo para a divulgação de textos críticos e literários produzidos tanto pelos naturais quanto por colonos, artigos muitas vezes de interesses diversos e até conflitantes. Em

1849, por exemplo, foi publicado, na África de língua portuguesa, o primeiro livro de poemas de que se tem notícia: trata-se de *Esportaneidades da minha alma*, do luandense José da Silva Maia Ferreira. A obra, dedicada “às senhoras africanas”, é considerada o “primeiro balbucio da emergência de uma literatura angolana” (PACHECO, 1990, p. 27). O romance faz referência ao escritor e à obra “que este dedicara à senhoras africanas” (SANTOS, 1999, p. 343).

Foi nesse tempo que os jornais independentes se tornaram verdadeiros palcos de disputa de ideias, em cujas folhas eram publicados desde textos que defendiam a permanência da escravidão até, por exemplo, artigos jornalísticos que clamavam pela independência e pela valorização da cultura local. Alguns dos periódicos de destaque da época são referidos no romance, como o *Jornal de Loanda* (1878-1881), *O Echo de Angola* (1881-1882), e *O pharol do povo* (1882-1885), além de jornalistas como José de Fontes Pereira, Alfredo Troni e Cordeiro da Matta. Tais títulos e nomes são algumas das publicações e figuras históricas que transitam pelo romance, formando uma constelação de ideias que ousaram enfrentar, naquele momento, a retórica de “salvação” e “civilização” reproduzida pelo discurso colonial hegemônico. Edward Said observa que

nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade” (SAID, 1995, p. 40).

O jornalista Fontes Pereira é um dos personagens de destaque do romance. Grande defensor da independência do país e considerado por muitos estudiosos como o “representante mais radical da nova geração de intelectuais crioulos”, nas palavras do historiador Marcelo Bittencourt (1999, p. 50), o personagem se lança à contestação da falácia do argumento civilizatório destacado por Said, que muito se distanciava da prática colonial:

O atrevimento fora ao ponto de, em janeiro deste ano de 1890, um velho jornalista, José de Fontes Pereira, não temer afrontar toda a Conquista, publicando no “Arauto Africano” um artigo no qual negava a acção civilizadora de Portugal que, segundo ele, não possuía “senão ardis e ferros para escravizar” (SANTOS, 1999, p. 258).

O enterro deste velho articulista é uma das cenas mais belas do romance: um enxame de pessoas acompanha seu caixão enquanto desfila pelas ruas, em reconhecimento da sua ação em defesa dos direitos dos homens da terra.

À passagem do caixão de galão fino entretecido de fios prateados, alguns pequenos grupos de habitantes de pé descalço do bairro da Ingombota, que se tinham postado à distância, aparentemente por curiosidade, depois lhe foram acompanhando ao longe, e na Calçada do Alto das Cruzes até no Largo do Carneiro, a esses grupos se foram juntando outras gentes vindas do Maculusso e do Quinaxixe. [...] Essa leve agitação foi crescendo num rumor, que se transmitia de boca em boca, era já um reconhecimento, e veio até Salles de Almeida de maneira audível a expressão ‘o kiximbi kiafu!...’, que a

princípio fora um murmúrio, uma trágica consternação, mas que se foi repetindo sem cessar, “o mais alto chefe morreu!...”, falavam em quimbundo numa ladainha entrecortada aqui e ali por um brado disperso (SANTOS, 1999, p. 314-315).

Uma das publicações que simbolizam a resistência expressa pelo chamado “Movimento da Imprensa Livre” é o conjunto lançado em 1901 intitulado *Voz de Angola clamando no deserto*, escrito “pelos naturais aos amigos da verdade” como reação a um artigo racista anônimo publicado naquele mesmo ano na *Gazeta de Loanda*. Essa obra reúne algumas das principais ideias presentes ao longo de todo o romance de Arnaldo Santos, como, por exemplo, a distância entre o discurso de “salvação” e “civilização” e a prática colonial. O texto de abertura do conjunto, intitulado “Solemnia Verba”, diz o seguinte:

A maior parte dos chamados políticos não querem ver o indígena inteiramente civilizado, instruído e ilustrado, entregue à sua natural e inteira liberdade, regulada pelas leis, para poder trabalhar com o estímulo do seu próprio alvedrio, exprimir os seus pensamentos desafogadamente, reconhecer os seus direitos e assassinar o nível intelectual do indígena, para haver sempre o pretexto de preterir, e praticar as mais flagrantes injustiças, ainda aos mais habilitados, e assim procrastinar a época da emancipação da colônia, que, a nosso ver, é inevitável [...] (1984, p. 28).

Os artigos críticos e contestadores publicados nos jornais de então consistiram em sementes da contestação que dariam frutos no século XX com a formação do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), em 1948, e seu grito “Vamos descobrir Angola!”. Segundo Salvato Trigo, os jovens do movimento se consideravam “novos” exatamente por terem adquirido da geração de “velhos” jornalistas e escritores do final do século anterior o exemplo da atuação em prol de uma causa que tivesse como princípio o combate à ordem colonial predatória. “De facto, é nos longes do século XIX, sobretudo na sua segunda metade, que temos de procurar as raízes desse Movimento cultural. Foi aí que ele bebeu preciosos ensinamentos dos seus ‘mais velhos’ [...]” (TRIGO, 1970, p. 33).

A própria obra prevê que “uma trovoadas de grandes proporções poderia abater-se a qualquer momento sobre a vila, e tudo dependeria das primeiras faíscas” (p. 260). Essa trovoadas, acumulada ao longo do século XIX, desaguaria em chuva de raiva por volta da década de 1950 com o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), molhando aquele deserto cantado pelos jornalistas no primeiro ano do século XX. Tal percurso é ilustrado pelo poema “Aqui no cárcere”, de Agostinho Neto, do qual reproduzo apenas o trecho final:

[...]
Aqui no cárcere
a raiva contida no peito
espero pacientemente
o acumular das nuvens
ao sopro da História

Ninguém
impedirá a chuva.

(NETO, 2004, p. 100).

Além do jornalismo de resistência mapeado pelo romance, que daria seus frutos no século seguinte, no século XIX Angola também presenciou um significativo aumento da circulação de textos literários que, em prosa e poesia, ergueram voz própria para tratar do povo e do território angolanos, como veremos.

Cenas de Luanda vistas pela ótica da terra

Somando-se ao jornalismo, a ficção angolana do século XIX também se contrapôs à hegemonia da literatura colonial, produzida e incentivada pelo Estado português para “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados”, com interesses em “justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2007, p. 111). Nesse momento, tanto os naturais da terra quanto alguns colonos que com ela se identificaram produziram um conjunto de textos literários que, se não totalmente, pelo menos tentaram se aproximar da realidade e do imaginário local, em enfrentamento à estratégia de “violência epistemológica” a que se refere Homi Bhabha, quando os “olhos do homem branco destroçam o corpo do homem negro” apresentando este a partir de “traíçoeiros estereótipos de primitivismo e degeneração” (*ibidem*: 73).

O romance de Arnaldo Santos dialoga com algumas manifestações literárias que enfrentaram tais estereótipos, como, por exemplo, o “texto considerado precursor da escrita angolana em língua portuguesa” (CHAVES, 1999, p. 36). Trata-se da novela *Nga Muturi*, na qual o escritor português Alfredo Troni, personagem de *A casa velha das margens*, busca aproximar-se da realidade da qual começou a fazer parte, procurando mostrar algumas “cenas de Loanda”, como nos diz o subtítulo da obra, em cumplicidade com a sociedade em que se inseriu e a terra onde viveu até sua morte, em 1904. Inicialmente publicado em folhetins em 1882 no *Diário da Manhã* e no *Jornal das Colónias*, ambos de Lisboa, o texto de Troni, na avaliação de Laura Padilha, “parece encenar a tentativa de reversão do quadro simbólico até então dominante” (PADILHA, 2002, p. 84). Segundo ela, a obra consiste, ao lado de *O segredo da morta*, em um dos primeiros textos que tentam lançar um olhar menos ingênuo para a cena colonial.

A casa velha das margens também recupera a figura de Joaquim Dias Cordeiro da Matta, “cavalheiro de ambundo elegante e de literaturas” (SANTOS, 1999, p. 23) e conhecido “poeta da Barra do Quanza” (p. 10), no rosto de quem Emídio enxerga desde o princípio um “sorriso ambíguo de cumplicidade” (p. 29). Ao falar desse “homem de grande imaginação” (p. 10), que “dos **delírios** das almas sempre tinha divagado” (p. 18, grifo meu), o narrador nos lembra de sua obra *Delírios* (1890), composta por 139 poemas, dentre eles “A uma quissama”, de 1881, que estabelece relação direta com a mãe do protagonista, também uma “preta/ das regiões da Quissama”, como diz os versos finais do poema aqui referido. Em muitos textos Cordeiro da Matta também faz uso do bilinguismo, marcando termos e expressões em língua banta desde o título dos poemas, o que representa, no século XIX, uma expressão literária de resistência e afirmação da diferença frente à imposição da língua europeia, o que se propagará na escrita de muitos autores do século seguinte, inclusive na de Arnaldo Santos.

Além de promover o registro de algumas línguas nacionais angolanas, alguns poemas de Cordeiro da Matta trazem ainda, no campo simbólico, a marca da negação expressa por uma mulher da terra, consistindo, no dizer de Laura Padilha, em “formas sensoriais e imagísticas de trazer o **não** para a cena poética” (PADILHA, 2008, p. 63), como mostra o seu conhecido “Kicôla”, de 1877:

Nesta pequena cidade,
vi uma certa donzela,
que muito tinha de bela,
de fada, huri e deidade,
a quem disse: - “minha q’rida,
peço um beijo por favor,
bem sabes ó meu amor,
que eu por ti daria a vida!”

- “*Nguami-âmi, ngana-lame,*
“não quero, caro senhor” –
disse, sem mudar de cor –
“*maculo! quangandallâmi,*
“não creio no vosso amor”...

[...]

Depois falei-lhe ao ouvido
e me respondeu: - “Kicôla!”-
“não pode ser!... Ai! que tola!
por quem o foi proibido?!”...

“Kicôla” (MATTA, 2001, p. 56).

Ao trabalhar com o século XIX, momento de consolidação da casa/escrita da resistência, a obra de Arnaldo Santos nos possibilita um encontro com textos poéticos que, naquele tempo, deram voz às mulheres da terra, marginalizadas e reduzidas pelo discurso que, então, era dominante. Outra obra importante do período é *O segredo da morta*, “romance de costumes angolenses” de António de Assis Júnior, publicado inicialmente como folhetim em 1929. Como analisa mais uma vez Laura Padilha, o texto encena um duplo movimento: de continuidade, em relação à proposta de valorização da sociedade local e suas práticas culturais que Cordeiro da Matta “por volta de 1880” deu início; e também de inovação, por propor um repensar da angolanidade e sua expressão, o que se irá desenvolver ao longo do século XX. Assim como *A casa velha das margens*, esta obra se lança ficcionalmente à passagem do século XIX ao XX, e tem também a região do Dondo como um dos espaços privilegiados. *O segredo da morta* é de fundamental importância para a história da literatura angolana enquanto movimento de resistência, já que “não apresenta Angola como um lugar exótico e misterioso, conforme geralmente se **falava** naquela literatura [colonial]” (PADILHA, 2008, p. 79).

É a mesma pulsão questionadora das mulheres dos poemas de Cordeiro da Matta e das personagens que transitam pelo texto de Assis Júnior que encontramos no livro lançado 70 anos depois, principalmente na figura da Kissama, a mãe negra de Emídio Mendonça, como já vimos. Ela não abandona os costumes de sua terra nem acata

passivamente as ordens do marido branco, mostrando, pelo gesto transgressor feminino, a força necessária ao embate colonial. O enfrentamento dessa mulher, duplo da terra angolana, fica evidente nas expressões com que fita pela primeira vez Ngana Makanda, o colono branco que será pai de seu filho “entre-margens”:

Foi então, que a sua cabeça se ergueu tensa, e assomaram nos seus olhos febris, lampejos, que não lhe enganaram da natureza da sua *repulsa*. Era um *desafio* sem razão nenhuma aparente, uma inexplicável loucura. Um olhar de uma incomensurável *braveza*. (SANTOS, 1999, p. 110, grifos meus).

A memória é um dos elementos de força deste romance, tanto a individual quanto a coletiva. Já que, como observou Tzvetan Todorov, “nem sempre o culto à memória serve às boas causas” (2002, p. 189), pois existe um grande risco de *sacralização* ou *banalização* do passado, distanciando-o do presente e omitindo alguns fatos que ainda se perpetuam, é necessário percorrer os possíveis papéis exercidos pela memória no romance.

Paredes da memória, muros de resistência

Após navegar pelo rio Lucala e chegar finalmente à Casa Velha do Hombo, espaço de sua infância, Emídio vê enegrecidas as paredes que cercam aquele lugar, enxergando um cenário de “morte, abandono, ruína” (SANTOS, 1999, p. 103). O incêndio criminoso, que procurou destruir a propriedade, teve como principal alvo o quarto em que António Mendonça, pai do protagonista, armazenava “alguns livros de leitura e da escrita da fazenda, dicionário, códigos, exemplares dos jornais de Loanda, cópias de escrituras e demais papeis” (SANTOS, 1999, p. 114). Naquele espaço, onde melhor podiam ser vistos os vestígios da violência do fogo, estavam reunidas tanto as lembranças individuais de Emídio, relacionadas à sua infância, quanto as memórias coletivas de um grupo que, nas cartas ali guardadas, registrava suas denúncias e queixas referentes à conquista. Mas, como já vimos, os documentos foram salvos por providência do pai do protagonista, perpetuando, assim, a memória de resistência que muitos agentes da colonização queriam silenciadas naquele momento.

A obra de Arnaldo Santos efetua o mesmo movimento de recusa à tentativa de apagamento simbolizada pelo incêndio criminoso provocado contra a Casa Velha. O texto resgata o período em que começou a se efetuar uma rachadura no edifício da história oficial da colonização portuguesa, quando passaram a ecoar, por meio da escrita local, vozes contrárias ao discurso hegemônico, principalmente nos periódicos independentes a que a obra faz referência. Acreditamos que, ao recuperar o passado da própria nação angolana, a obra de Arnaldo Santos teve, e tem ainda, muito a contribuir em relação ao tempo de seu lançamento. Em 1999, tempo de guerra civil em Angola e de crise da utopia, talvez fosse necessário e urgente lembrar um tempo no qual começaram a se solidificar as bases da Casa Velha da resistência e ainda se acreditava na possibilidade de construção de uma nação melhor, efetivamente de e para todos.

O texto literário ora analisado nos lembra que, assim como se perpetuam as antigas práticas de opressão e desigualdade ali ilustradas, também ainda se faz necessária a luta por um mundo em diferença. O próprio autor se refere a essa questão em entrevista concedida a Michel Laban no início da década de 1990. Segundo ele, a

literatura pode desempenhar o papel de “dar testemunho da vida e do ambiente em que se vive, denunciando de maneira regular, pontual, sempre que possível um determinado mundo que parece passar despercebido a uma determinada sociedade” (LABAN, 1991, p. 506-507). E completa:

Eu, como escritor, concebo que só se fale daquilo que nós realmente sentimos, só se fale daquilo que nós temos capacidade de perceber, de compreender e, como tal, transpor para a literatura todos os elementos que façam desses fenômenos uma obra literária capaz de sensibilizar as pessoas, de as motivar, de as levar a agir... Na medida em que uma obra dessas possa levar os leitores a sensibilizarem-se para os fenômenos da sua sociedade, acho que o objetivo está atingido. (*ibidem*, p. 512-513).

É interessante notar como, ao falar da realidade de seu país, um escritor consegue expandir seu espaço de ação e sensibilizar leitores de outros territórios, mostrando a universalidade dos erros, acertos e desafios do homem. Edward Said, refletindo sobre o papel público de escritores e intelectuais, destaca que “a paz não poderá existir sem a igualdade: este é um valor intelectual que necessita desesperadamente de reforço e reiteração” (SAID, 2007, p. 32). Entendemos, com Said, a urgência de se defender a paz não apenas em Angola, mas no mundo inteiro, principalmente em tempos de banalização da violência. E é esse o papel que, a nosso ver, cumpre a casa ficcional de 1999, ao convocar uma memória de resistência simbólica a um imaginário de exceções naturalizado como regra, o que, aliás, infelizmente se perpetua ainda hoje.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *Poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano - Entre Intenções e Gestos*. São Paulo: Coleção Via Atlântica, 1999.
- LABAN, Michel. “Encontro com Arnaldo Santos”. In LABAN, Michel. *Angola: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991.
- MATTA, Joaquim Dias Cordeiro. *Delírios*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.
- NETO, Agostinho *Sagrada esperança*. Luanda: Maianga, 2004.
- PACHECO, Carlos. *José da Silva Maia Ferreira – o homem e a sua época*. Luanda: UEA, 1990.
- PADILHA, Laura Cavalcante. *Novos Pactos, Outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- PADILHA, Laura Cavalcante. “Literatura Angolana: suas cartografias e seus embates contra a colonialidade”. In RIBEIRO, Margarida Calafate e PADILHA, Laura Cavalcante (org.) *Lendo Angola*. Porto: Afrontamento, 2008.
- RUI, Manuel. “Eu e o outro – o invasor (ou em três poucas linhas uma maneira de pensar o texto)”. In MEDINA, Cremilda de Araujo. *Sonha, mamana Africa*. São Paulo: Epopeia, 1987.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. *Cultura e política*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Arnaldo. *A casa velha das margens*. Porto: Campo das Letras, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*. Trad. Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Arx, 2002.

TRIGO, Salvato. *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília, 1977.

VV.AA. – *Voz de Angola clamando no deserto*. Lisboa: Ed. 70, 1984.